TUFFANI, Eduardo. Centenário da Universidade brasileira: para a história da Universidade de Manaus (1909/1910-1926). *Soletras*: Revista do Departamento de Letras, São Gonçalo, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, ano 9, n. 17, supl., p. 64-80, jan./jun. 2009.

CENTENÁRIO DA UNIVERSIDADE BRASILEIRA: PARA A HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE DE MANAUS (1909/1910-1926)[1]

Eduardo Tuffani (UFF)
etuffani@yahoo.com.br

RESUMO

O presente trabalho é um artigo comemorativo pelo centenário da Universidade de Manaus, a primeira universidade brasileira. Procura-se reiterar, com esta publicação, o pioneirismo amazonense e paulista, pois também se trata da primeira Universidade de São Paulo (1911/1912-1919), a segunda nacional, mais esquecida na memória acadêmica. Para a redação do texto, também se fez uso de uma antiga publicação, o *Almanak Laemmert*, muito importante para a história das primeiras universidades e faculdades brasileiras de Filosofia e Letras. A principal fonte utilizada para elaborar o artigo foi o *Relatorio geral* de Astrolábio Passos.

Palavras-chave: Universidade; Brasil; Ensino superior; História da Educação.

Oriunda da Escola Livre de Instrução Militar do Amazonas, a Escola Universitária Livre de Manaus foi criada em 17 de janeiro de 1909. Seus *Estatutos* foram aprovados em 2 de fevereiro e promulgados em 12 desse do mesmo ano. A Escola Universitária foi instalada em 15 de março de 1910 e, a partir de 13 de julho de 1913, passou a se chamar Universidade de Manaus por deliberação de sua Congregação. Estarão para sempre ligados à Universidade de Manaus os nomes de Astrolábio Passos, seu Diretor-Geral, e de Joaquim Eulálio Gomes da Silva Chaves, seu idealizador. A Universidade de Manaus deixou de existir em 1º de maio de 1926, sendo substituída pela Associação Vulgarizadora do Ensino, que se encarregou de algumas unidades remanescentes. Nestes anos de 2009 e de 2010, o País deve se lembrar da primeira universidade fundada e instalada na antiga América Portuguesa.

Embora o texto diga respeito à Universidade de Manaus, deve ser lembrada também a primeira Universidade de São Paulo, também de iniciativa particular, criada

[1] Cumpre agradecer à Biblioteca Central da Universidade Federal do Amazonas a remessa de cópia do *Relatorio geral* de Astrolabio Passos, pois o exemplar trazido de Manaus extraviou-se durante mudança de Brasília para o Rio de Janeiro. Aproveita-se desta nota para agradecer também a leitura atenta do texto feita pela Profa. Edna Ribeiro de Paiva.

em 19 de novembro de 1911 e instalada em 23 de março de 1912, a segunda universidade brasileira, que ficou em atividade até 1919. As duas universidades são, em geral, desconhecidas mesmo do público instruído. Importantes obras de referência em História da Educação as ignoram ou as tratam de forma inadequada. Sobre a Universidade de Manaus escreveram Aderson de Menezes (1959; 1960), Luiz Antônio Cunha (1986) e, até onde se sabe, Paulo Pinto Nery (1992).[2] Sem dúvida alguma, Aderson de Menezes, Reitor da Universidade do Amazonas, foi o maior estudioso da Universidade de Manaus. L.A. Cunha escreveu com base em obra de A. de Menezes (1959), e P.P. Nery, por sua vez, serviu-se muito do *Relatorio geral* de Astrolábio Passos (1914). Tal *Relatorio* mereceu edição fac-similar em 1989, por ocasião da comemoração dos oitenta anos de fundação da Escola Universitária Livre de Manaus. No ano de 2000, ao se realizar uma pesquisa *in loco*, não foi possível localizar a documentação utilizada por A. de Menezes, tanto na Universidade Federal do Amazonas quanto no Arquivo Público do Estado. Com este trabalho, pretende-se comemorar o centenário da Universidade de Manaus, bem como acrescentar algo sobre a Universidade, fazendo uso também de uma importante fonte primária, o *Almanak Laemmert*. Há notícias nele sobre as primeiras universidades e faculdades ligadas às Humanidades criadas no Brasil. É importante salientar que, das primeiras universidades nacionais, só as duas primeiras abriram espaço maior para o estudo das Humanidades.

A Universidade de São Paulo, estadual, sexta a ser fundada, foi a primeira que contou com uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Após a primeira USP, criaram-se a Universidade do Paraná (1912-1915),[3] a Universidade do Rio de Janeiro (1920), depois Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro, e a Universidade de Minas Gerais (1927), hoje Universidade Federal de Minas Gerais. Estas três universidades consistiam na reunião das faculdades tradicionais, sobretudo de Direito, Medicina e Engenharia. Nenhuma delas possuía uma unidade específica como a FFCL da USP, ambas fundadas em 1934, Faculdade e Universidade. É claro que a FFCL da USP não foi a primeira de Filosofia e Letras no Brasil, mas quanto a isso já se tratou de modo conveniente (TUFFANI, 2009). A Universidade do Paraná mantinha

[2] Após o início da redação deste trabalho, tomou-se conhecimento dos livros *Da Escola Universitaria Livre de Manáos à Universidade Federal do Amazonas: 95 anos construindo conhecimentos* e *100 anos UFAM* de Rosa Mendonça de Brito, professora da UFAM (Manaus: EDUA, 2004; Manaus: EDUA, 2009). Ficam aqui os cumprimentos à Autora pelas duas importantes contribuições. Decidiu-se prosseguir na feitura do texto dada sua natureza diversa, visto que esta publicação é um artigo comemorativo pelo centenário da fundação da Universidade de Manaus. Além disso, para a elaboração do trabalho, fez-se uso de antigas publicações seriadas com informações coletadas ao se pesquisar para o *Repertório brasileiro de língua e literatura latina (1830-1996)* de Eduardo Tuffani (Cotia: Íbis, 2006). Também foi motivo para a execução da empreitada os equívocos em torno da Universidade do Paraná e o quase esquecimento da primeira Universidade de São Paulo. Por fim, vale a ocasião para se lembrar que as mais antigas escolas superiores nacionais em atividade são o Instituto Militar de Engenharia (IME) e a Escola Politécnica da Universidade Federal do Rio de Janeiro, ambas herdeiras da Academia Real Militar (1810), remodelação da Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho, uma escola superior, fundada no Rio de Janeiro em 1792.

[3] Muito citada como a primeira universidade brasileira, a Universidade do Paraná foi extinta ao pretender o reconhecimento federal, o que não se deu em virtude da Reforma Carlos Maximiliano, que impedia a equiparação de escolas superiores em cidades com menos de 100 mil habitantes, a menos que fossem capitais de estados com mais de 1 milhão de habitantes (CUNHA, *op. cit.*, p. 210-211).

comissões permanentes de História, Geografia e Etnografia (UNIVERSIDADE, 1914) e oferecia, mesmo extinta oficialmente, um curso de preparatórios (*id*., 1918, p. 3300), mas não tinha uma unidade voltada para Filosofia, Letras e Ciências Humanas.

É evidente o descaso do governo central para com a Educação. O Liceu Provincial de Pernambuco, atual Ginásio Pernambucano, foi criado em 1825, doze anos antes da fundação do Colégio Pedro II em 1837. A primeira escola federal de Filosofia, a Faculdade Nacional de Filosofia, criada em 1937, só passou a existir de fato com a extinção da Universidade do Distrito Federal em 1939 e a transferência de suas unidades de ensino para a Universidade do Brasil.[4] Acrescente-se ao descaso a falta de memória por quem não deveria cometê-la. Ernesto de Souza Campos, professor da Faculdade de Medicina da USP, afirma que a Universidade do Rio de Janeiro foi a primeira fundada no Brasil (CAMPOS, 1940, p. 254; *id*., 1954, p. 20, 36). Em outra obra, E. de Souza Campos trata da Universidade de Manaus como uma simples faculdade discorrendo sobre a Faculdade de Direito do Amazonas "ligada a uma instituição que se denominou Escola Universitária Livre de Manaus" (*id*., 1941, p. 318). E. de Souza Campos não escreve sobre a primeira USP em suas obras citadas. A respeito da Universidade do Paraná, fala muito pouco ao tratar da Faculdade de Medicina do Paraná e da Faculdade de Engenharia do Paraná (*id*., *ibid*., p. 217, 273). No que toca à Faculdade Paulista de Letras e Filosofia (1931-1932?/1933?), E. de Souza Campos chega a ser lacônico (*id*., 1954, p. 425), já que foi sócio-fundador e presidente da Sociedade de Filosofia e Letras de São Paulo (*id*., *ibid*., p. 421-422), que deu origem à Faculdade Paulista de Letras e Filosofia. Fernando de Azevedo, grande professor e pesquisador, também não trata das duas primeiras universidades brasileiras (AZEVEDO, 1971), o que causa espécie pois teve fecunda atividade administrativa.

O Clube da Guarda Nacional do Amazonas foi organizado em Manaus em 5 de setembro de 1906 (PASSOS, 1914, p. 69). Nos *Estatutos* do Clube, previa-se a criação de uma escola prática militar (*apud id*., *ibid*.). Engenheiro civil natural de Minas Gerais, o Tenente-Coronel Joaquim Eulálio Gomes da Silva Chaves, como Vice-Presidente do Clube da Guarda Nacional do Amazonas, em 10 de novembro de 1908, presidiu a sessão em que se fundou a Escola Prática Militar do Amazonas, denominada a partir de 16 desse Escola Livre de Instrução Militar do Amazonas, cuja instalação ocorreu em 22 desse do mesmo ano (*id*., *ibid*., p. 70). A Escola Livre tinha por fim a criação de uma escola politécnica, cujos cursos dependeriam de um curso geral de infantaria e cavalaria. Assim a Escola Livre ofereceria cursos de nível superior e de preparatórios, com vista à instrução militar dos oficiais da Guarda Nacional, cursos facultados também a outras milícias e cidadãos civis (*id*., *ibid*.). Em 17 de janeiro de

[4] Não faltam exemplos para a desatenção do governo central no que tange à Educação. A Escola de Belas-Artes da UFRJ tem origem na Academia das Belas-Artes, instalada em 1826, após várias fundações (1816, 1820, 1820 e 1826). O Instituto Superior de Educação do Estado do Rio de Janeiro, antigo Instituto de Educação, só foi criado em 1880, e a Escola Normal de Niterói se fundou em 1835. Parece que as assembléias provinciais preocupavam-se mais com a Educação do que o governo imperial. A luta pela implantação do Colégio Militar do Rio de Janeiro se estendeu de 1853 a 1889, ano da fundação do Imperial Colégio Militar. No art. 179, § 31-33, da *Constituição* de 1824, garantia-se a instrução, tratando, entre outros institutos, de "Universidades, aonde serão ensinados os elementos das Sciencias, Bellas Letras e Artes" (BRASIL, 1824). O governo central só criou a sua universidade em 1920, desprovida de uma faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

1909, o Conselho Constituinte da Escola Livre a remodelou como Escola Universitária Livre de Manaus, sendo seus *Estatutos* aprovados em 2 de fevereiro e promulgados em 12 desse do mesmo ano (*id*., *ibid*., p. 70-71). Por proposta de Eulálio Chaves, o dia da promulgação dos *Estatutos* foi considerado data festiva para a Escola Universitária.[5] Toda a dedicação da parte de Eulálio Chaves no sentido de realizar o seu ideal de fundar uma instituição do porte da Escola Universitária lhe valeu o título de Diretor-Geral Honorário e Perpétuo da Escola por ele criada, honraria concedida em 1º de fevereiro de 1910 (*id*., *ibid*., p. 109). No artigo 1º dos *Estatutos* da Escola Universitária, criavam-se os seguintes cursos: Curso das Três Armas, segundo programa das escolas do Exército Nacional; Curso de Engenharia Civil, Agrimensura, Agronomia e outras especialidades, de acordo com programas oficiais; Curso de Ciências Jurídicas e Sociais, conforme programas das faculdades de Direito federais; Curso Farmacêutico e Bacharelado em Ciências Naturais e Farmacêuticas, orientado pela Escola de Farmácia de Ouro Preto; Curso de Ciências e Letras, norteado pelo programa do Ginásio Nacional, assim chamado então o Colégio Pedro II;[6] o Curso Médico, entre outros, deveria ser criado posteriormente.[7] Como se lerá adiante, só houve diplomação nos cursos de Farmácia, Odontologia, Agrimensura, Obstetrícia, Direito e Agronomia. Eulálio Chaves foi eleito para cuidar do reconhecimento oficial da Escola Universitária, bem como dos títulos por ela conferidos. Tal escolha se fez na sessão de 12 de fevereiro de 1909 pelos membros do Conselho Constituinte da Escola Universitária.[8] Em 1º de

---

[5] "Proponho que seja declarado festivo para a Escola Universitaria Livre de Manáos o dia da promulgação de sua lei basica. Manáos, 12 de Fevereiro de 1909. a) Eulalio Chaves, Henrique Moers, Silva Campos." (*Id*., *ibid*., p. 72.)

[6] O grau de Bacharel em Ciências e Letras era conferido pelos ginásios oficiais, cuja escola-modelo era o Ginásio Nacional, cabendo à escola secundária o título amparado legalmente. Assim ocorria pois não havia cursos superiores em Ciências e Letras segundo legislação vigente. A Faculdade de Ciências e Letras da Escola Universitária era uma escola secundária, já que a futura Universidade de Manaus procurou respaldo legal para os seus diplomas. Antônio Martins Filho, Reitor da Universidade do Ceará, equivocou-se ao se referir à "Faculdade de Ciências e Letras [da Escola Universitária], que já era uma antecipação das atuais Faculdades de Filosofia" (*apud* MENEZES, 1960, p. 8). No que diz respeito às Humanidades, a primeira Universidade de São Paulo possuía três unidades: Escola Secundária (para o grau de Bacharel em Ciências e Letras), Escola de Ciências e Letras (escola superior cujo diploma equivaleria ao da secundária) e Escola Superior de Filosofia, História e Literatura (posteriormente implantada como uma escola de extensão) (UNIVERSIDADE, 1917, p. 7, 115, 89).

[7] "a) – Curso das tres armas, segundo o programma adoptado para as escolas do Exercito Nacional;
b) – Curso de Engenharia Civil, de Agrimensura, Agronomia, industrias e outras especialidades, todos de accôrdo com os programmas officiaes e modificações introduzidas pelos progressos da sciencia;
c) – Curso de Sciencias Jurídicas e Sociaes, segundo o programma adoptado nas Faculdades de Direito federaes;
d) – Curso fharmaceutico e bacharelado em Sciencias Naturaes e Pharmaceuticas pelos moldes da Escola de Pharmacia de Ouro Preto;
e) – Curso de Sciencias e Lettras, segundo o programma do Gymnasio Nacional.
§ Unico – Depois de formado um solido patrimonio para a manutenção da Escola Universitaria Livre de Manáos, deverão ser creados outros cursos, com preferencia um curso medico." (*Apud* PASSOS, 1914, p. 71.)

[8] Eram membros do Conselho Constituinte da Escola Universitaria: "Pedro Botelho, Eulalio Chaves, Ernesto Cezar, Arthur Araujo, Henrique Moers, Raymundo Felgueiras, Crystalino de Carvalho, Adalberto Pedreira, Nascimento de Araujo, Samuel Caldas e Oliveira Pantoja" (PASSOS, 1914, p. 72).

outubro do mesmo ano, Eulálio Chaves comunicou ao Conselho Constituinte o reconhecimento oficial da Escola Universitária, sendo aguardada para breve a promulgação da lei para validade dos títulos conferidos (*id*., *ibid*., p. 72), o que se deu em 8 desse do mesmo ano com a sanção e a publicação da Lei nº 601 sob o governo do Coronel Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt do Estado do Amazonas, tendo por lema "Tudo pela Instrução": "São considerados validos no Estado os titulos conferidos pela Escola Universitaria Livre de Manáos e revogadas as disposições em contrario". (*Apud id*., *ibid*.)

Em 6 de novembro do mesmo ano, o Conselho de Organização foi eleito para substituir o Conselho Constituinte, ambos presididos pelo Capitão Pedro Botelho da Cunha, Diretor-Geral da Escola Universitária. Também foram eleitas as Comissões de Contas, de Revista e Científica. Ao Conselho de Organização foram atribuídas competências para nomear membros do corpo docente sob a responsabilidade dos futuros diretores das unidades universitárias.[9] A Congregação constituiu-se em 13 desse, quando foram aprovadas as listas de corpo docente elaboradas para os cursos pelos quais respondiam Simplício Coelho de Rezende (Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais), Astrolábio Passos (Faculdade de Medicina), Francisco da Costa Fernandes (Faculdade de Ciências e Letras) e Manuel do Nascimento Pereira de Araújo (Faculdade de Engenharia) (*id*., *ibid*., p. 73). A Comissão de Diligências foi organizada por proposta de Eulálio Chaves, em 7 de dezembro do mesmo ano, no intuito de se providenciar o mais rápido possível o funcionamento da Escola Universitária.[10] Em 12 de fevereiro de 1910, a Congregação elegeu para o primeiro quinquênio de trabalho, de 1º de março de 1910 a 1º de março de 1915, os diretores e os vice-diretores para fim de administração da Escola Universitária: Dr. Astrolábio Passos, Diretor-Geral; Dr. Henrique Moers, Vice-Diretor-Geral; Dr. Simplício Coelho de Rezende, Diretor da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais; Dr. Pedro Regalado Epifânio Batista, Vice-Diretor; Dr. Galdino Martins de Souza Ramos, Diretor da Faculdade de Medicina; Dr. Francisco da Costa Fernandes, Vice-Diretor; Dr. Artur César Moreira de Araújo, Diretor da Faculdade de Engenharia; Dr. Manuel do Nascimento Pereira de Araújo, Vice-Diretor; Dr. Teógenes da Silva Beltrão, Diretor da Faculdade de Ciências e Letras; Dr. Álvaro Guimarães Maia, Vice-Diretor; Dr. Raimundo da Rocha Felgueiras, Diretor da Faculdade Militar; Dr. Samuel da Silva Caldas, Vice-Diretor (*id*., *ibid*.).[11] Os

---

[9] O Conselho de Organização tinha por membros os sócios-fundadores da Escola Universitária: "Dr. Arthur Cezar Moreira de Araujo, Director da Faculdade de Engenharia; Dr. Manoel do Nascimento Pereira de Araujo, Vice-director; Dr. Simplicio Coelho de Rezende, Director da Faculdade de Sciencias Jurídicas e Sociaes; Dr. Pedro Regalado Epiphanio Baptista, Vice-director; Dr. Astrolabio Passos, Director da Faculdade de Medicina; Dr. Galdino Martins de Souza Ramos, Vice-director; Dr. Theogenes da Silva Beltrão, Director da Faculdade de Sciencias e Lettras; Dr. Francisco da Costa Fernandes, Vice-director" (*id*., *ibid*.).

[10] Foram eleitos para a Comissão de Diligências: "Drs. Simplicio Coelho de Rezende, Pedro Regalado Epiphanio Baptista, Agnello Bittencourt, Galdino Ramos, Astrolabio Passos e Coronel Lima Bacury" (*id*., *ibid*., p. 73.)

[11] R.M. de Brito data o pleito para 1º e 2 de fevereiro de 1910, talvez lapso factual, com base em Atas das sessões da Congregação, 1º, 2 fev. 1910 (BRITO, 2009, p. 36, 38). Na segunda reunião foi incluído o curso de Odontologia entre os da Faculdade de Medicina (*id*., *ibid*., p. 38). De acordo com A. Passos, a

diretores e vice-diretores tomaram posse em 2 de março do mesmo ano, em sessão presidida por Simplício Coelho de Rezende (PASSOS, *op*. *cit*., p. 73). Em 15 desse do mesmo ano, houve a solenidade de instalação dos cursos oferecidos pelas faculdades da Escola Universitária em sessão magna presidida por Antônio Bittencourt, Governador do Estado, sessão aberta por Astrolábio Passos, em que fizeram uso da palavra Simplício Coelho de Rezende e Pedro Regalado Epifânio Batista, este reconhecendo o empenho de Eulálio Chaves para instituir a Escola Universitária (*id*., *ibid*. p. 73-74; *Diario do Amazonas*, 16 mar. 1910, *apud id.*, *ibid*.). Para fim de matrículas nos cursos, realizaram-se exames de madureza, aceitando a Escola Universitária os diplomas conferidos pelos ginásios legalmente instituídos (*id*., *ibid*., p. 86).

Como a Escola Universitária não possuía sede própria, as sessões realizavam-se na residência de Eulálio Chaves, situada à Rua Lobo de Almada nº 85. Os fundadores da Escola Universitária, diante do problema da falta de instalações, dirigiram-se ao Governador do Estado, Coronel Antônio Bittencourt, que lhes cedeu o edifício de um grupo escolar para que se desse início às atividades acadêmicas, o que se fez em janeiro do mesmo ano (MENEZES, 1959, p. 41-42). Numa mensagem lida por Antônio Bittencourt perante o Congresso Legislativo se justifica a atitude do governante:

> Empresa de tamanho alcance, não pôde ser posta, logo a primeiro impulso, no devido pé. Apesar, porém, das difficuldades com que têm de luctar as creações desta natureza, os entraves difficeis de transpor, foram installadas a 15 de Março e já estão abertas e funcionando, desde 6 de Abril, as Faculdades de Sciencias e Lettras, de Engenharia, de Direito e de Medicina.
> Sem os meios indispensaveis, para poder empreender tal tentativa, cedi o grupo escolar á rua Saldanha Marinho [nº 91] para séde da Escola Universitária, sem prejuiso das aulas que funccionam nesse grupo. (*Apud* PASSOS, *op*. *cit*., p. 74.)

No edifício cedido, davam-se as aulas teóricas, sendo as aulas práticas ministradas nos laboratórios da Repartição de Higiene, em farmácias, em gabinetes dentários e no Necrotério da Santa Casa, gentilmente oferecidos para uso da Escola Universitária (*id*., *ibid*.). O edifício do grupo escolar não atendia às necessidades da Escola Universitária, o que levou a Direção-Geral a expor a situação ao novo Governador, o médico Jônatas de Freitas Pedrosa (*id*., *ibid*., p. 74-75). O Governador acolheu o pedido feito e concedeu à Escola Universitária o usufruto do palacete em que funcionava a Repartição de Obras Públicas, prédio situado à Avenida Joaquim Nabuco nº 56 e 58. Praticamente ficou a cargo da Escola Universitária o observatório meteorológico instalado no prédio da nova sede universitária. Tais medidas foram aprovadas com a Lei nº 728, de 29 de setembro de 1913, e com o termo de entrega publicado no *Diario Official*, 27 mar. 1914 (*apud id*., *ibid*., p. 75). Jônatas Pedrosa ofereceu mobiliário novo e parte da mobília da antiga Repartição de Obras Públicas para se instalar convenientemente a nova sede da

---

eleição para diretores e vice-diretores estendeu-se de 1º a 12 desse do mesmo ano (PASSOS, 1914, p. 73, 114). O Capitão Pedro Botelho da Cunha fora designado Diretor-Geral em 17 de janeiro de 1909 conforme *Estatutos* da Escola Universitária (*apud* BRITO, *op*. *cit*., p. 35). Natural do Amazonas, engenheiro militar pela Escola Militar do Brasil, o primeiro Diretor-Geral tinha sido Diretor da Escola Prática Militar do Amazonas, depois Escola Livre de Instrução Militar do Amazonas, Presidente do Conselho Constituinte da Escola Livre e da Escola Universitária e Presidente do Conselho de Organização da futura Universidade de Manaus.

Escola Universitária (*id*., *ibid*.). Em janeiro desse, a Escola Universitária já tinha se mudado para o novo endereço (MENEZES, 1959, p. 63).

A Escola Universitária já possuía uma sede, mas as aulas práticas careciam de local adequado. Existia verba para compra de laboratórios, proveniente de doações feitas pelas intendências municipais. Para aquisição de laboratórios, houve relutância, a princípio, pois não havia local para instalação, sendo mencionado o governo estadual como possível agente para alocar os laboratórios em espaços apropriados (PASSOS, 1914, p. 79). No ano de 1911, Galdino Martins de Souza Ramos, Diretor da Faculdade de Medicina, estava de viagem marcada para a Europa. A Direção-Geral pediu-lhe que comprasse em Paris os laboratórios de Física, Química e Histologia Normal. Em fevereiro de 1912, ao regressar de viagem, o Diretor da Faculdade de Medicina anunciou a vinda do material para do mês seguinte em diante (*id*., *ibid*., p. 80). Os laboratórios foram montados no pavimento superior esquerdo da Biblioteca Pública do Estado, local cedido pelo Coronel Antônio Bittencourt (*id*., *ibid*., p. 81). Em 11 de agosto de 1912, os laboratórios foram inaugurados solenemente em sessão aberta por Astrolábio Passos, fazendo também uso da palavra os professores Vivaldo Palma Lima e Marçal Ferreira da Silva, bem como Joaquim Gondim, da parte da assistência (*id*., *ibid*., p. 81-82; *Jornal de Manáos*, 12 ago. 1912, *apud id*., *ibid*.). Posteriormente, formaram-se os gabinetes de Odontologia, Agrimensura, Agronomia, História Natural e Anatomia Humana. Transferiram-se as unidades de aulas práticas para o andar térreo do prédio então ocupado pela Repartição de Obras Públicas, o qual, como se leu, acabou por abrigar a segunda sede da Escola Universitária (*id*., *ibid*., p. 82.). Para o funcionamento do curso de Agronomia, criou-se a Escola Média de Agricultura anexa à Faculdade de Engenharia em 26 de fevereiro de 1912 (*id*., *ibid*., p. 99-100). Até fim de 1914, a biblioteca universitária foi se formando com obras recebidas e revistas permutadas, tornando-se preciso adquirir mais estantes para o acervo bibliográfico, ainda carente de classificação científica (conforme PASSOS, *op*. *cit*., p. 116). A Escola Universitária, futura Universidade de Manaus, teve como publicação oficial os *Archivos da Escola Universitaria Livre de Manáos*, depois *Archivos da Universidade de Manáos*. Os alunos também iniciaram a publicação de seu órgão oficial, a *Tribuna Academica: Orgam de alumnos da Universidade de Manáos*. A "Escola Universitaria Livre de Manáos", por deliberação de sua Congregação, em sessão de 13 de julho de 1913, passou a se chamar "Universidade de Manáos" (PASSOS, *op*. *cit*., p. 86).

A Universidade de Manaus foi uma iniciativa particular. Para o bom andamento de suas atividades, contou muito com a colaboração do governo estadual. O Governador do Amazonas, Antônio Bittencourt, dirigiu-se às intendências municipais com o objetivo de angariar subvenções (*id*., *ibid*., p. 76.). Vários municípios do Estado atenderam à solicitação, entre eles, o da Capital do Amazonas (*id*., *ibid*., p. 76-77). O Congresso Legislativo do Estado também fez subvenções em favor da Universidade de Manaus (*id*., *ibid*., p. 77). Fizeram-se muitas doações de pessoas físicas do Estado e do Acre, e houve diversos casos de professores que abriram mão de seus vencimentos em prol da Universidade (*id*., *ibid*., p. 77-78). Inicialmente, os professores recebiam suas remunerações do montante das mensalidades pagas pelos alunos, após dedução dos vencimentos dos empregados e dos diretores e vice-diretores. Como as quantias percebidas eram de pouca monta, a Direção-Geral mudou os *Estatutos*, estipulando a importância de R 5$000 por lição, o que se manteve até fim de 1914 (de acordo com

PASSOS, 1914, p. 119).[12] Até essa data, houve 605 matrículas nos cursos ofertados, e o corpo docente contou com 254 profissionais, sendo diplomados 56 estudantes (PASSOS, *op. cit.*, p. 86). A primeira colação de grau se deu em 1º de janeiro de 1912 em cerimônia solene realizada no Ginásio Amazonense. A sessão foi aberta por Astrolábio Passos, sendo paraninfos os professores Francisco da Costa Fernandes da turma de Farmácia, Sebastião Barroso Nunes, de Odontologia, e Lourenço Ferreira da Rocha Thury, de Agrimensura, lavrada a ata da sessão por Raimundo Pinheiro, Secretário-Geral da Universidade de Manaus (*id.*, *ibid.*, p. 83-84; *Archivos apud id.*, *ibid.*).[13] Como membro do Conselho de Organização, Astrolábio Passos elaborou a lista do corpo docente para a futura Faculdade de Medicina, a lista aprovada continha os nomes dos docentes para o curso de Medicina (*id.*, *ibid.*, p. 96). Segundo os *Estatutos*, tal curso seria criado, entre outros, após a Universidade ter formado patrimônio para sua manutenção (*apud id.*, *ibid.*). A Universidade não obteve, porém, recursos necessários para a implantação do curso de Medicina (*id.*, *ibid.*). Pela Faculdade de Medicina diplomaram-se turmas, as primeiras de Farmácia e de Odontologia colaram grau já em 1912 com oito farmacêuticos e dez cirurgiões-dentistas (*id.*, *ibid.*, p. 97). O curso de Obstetrícia, com baixa procura desde o início, formou uma única profissional em 1913 na colação de grau de sua primeira turma (*id.*, *ibid.*, p. 97-98). Primeiramente, a Faculdade de Engenharia oferecia dois cursos, o de Engenharia Civil e o de Agrimensura. O de Engenharia Civil teve muito pouca demanda com desistência, o que fez com que o curso não chegasse a formar ninguém (*id.*, *ibid.*, p. 98). O de Agrimensura, mesmo com baixa procura, formou turmas, a primeira em 1912 com três agrimensores (*id.*, *ibid.*, p. 98-99). O curso de Agronomia passou a funcionar em 1912 com a criação da Escola Média de Agricultura (*id.*, *ibid.*, p. 99-100). Até a conclusão do *Relatorio* de Astrolábio Passos, com o curso ainda em andamento, não houve tempo para colação de grau de formando em Agronomia. A Universidade, posteriormente, contou com a Escola de Aprendizado Agrícola Astrolábio Passos (UNIVERSIDADE, 1921/1922), e o curso de Agronomia foi bem sucedido, sobrevivendo ao fim da Universidade com o nome de Escola Agronômica de Manaus. Os cursos de Farmácia e de Odontologia da Faculdade de Medicina também se mantiveram após 1926, constituindo a Faculdade de Farmácia e de Odontologia de Manaus. A Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais desvinculou-se da Universidade antes de sua extinção. O curso de Direito foi o mais bem sucedido com 265 matrículas no primeiro quinquênio. Dos 34 alunos regulares da primeira turma, após cinco anos de formação, colaram grau 20 Bacharéis em Direito (PASSOS, 1914, p. 90).[14] A cerimônia solene de diplomação

[12] Médico natural do Piauí, formado pela Faculdade de Medicina da Bahia, Astrolábio Passos foi Diretor-Geral, o que vale por Reitor, da Universidade de Manaus de 1910 a 1926. Seu *Relatorio geral* é a principal fonte para a história da Universidade em seu primeiro quinquênio de atividade, daí o fato de ter sido tão citado neste trabalho. Astrolábio Passos deixa de mencionar Pedro Botelho da Cunha como primeiro Diretor-Geral e Presidente do Conselho de Organização, informações que se colhem em Aderson de Menezes em sua *História da Faculdade de Direito do Amazonas* (1959, p. 37, 43-54).

[13] Os oradores oficiais foram: Adail Valente do Couto pelos farmacêuticos, Gentil Augusto Bittencourt pelos cirurgiões-dentistas e Antero Veiga pelos agrimensores (*id.*, *ibid.*, p. 84).

[14] O curso de Agronomia tinha quatro anos de duração, e dois os de Farmácia, Odontologia, Agrimensura e Obstetrícia.

ocorreu no Ginásio Amazonense, em 19 de dezembro de 1914. Astrolábio Passos abriu a sessão, e foi paraninfo dos bacharelandos Francisco Pedro de Araújo Filho, sendo orador da turma Raimundo de Carvalho Palhano. Na mesma sessão, também houve colação de grau de formandos em Odontologia e Agrimensura (*id*., *ibid*., p. 91-93; *Folha do Amazonas apud id*., *ibid*.). A Faculdade de Ciências e Letras da Universidade de Manaus e a Escola Secundária da primeira Universidade de São Paulo foram idéias felizes, pois contemplavam as universidades com escolas destinadas ao ensino de Ciências e Letras, restrito na época ao ensino secundário. Essas unidades, no entanto, não tiveram a acolhida esperada. A Escola Secundária da primeira USP teve frequência (UNIVERSIDADE, 1917, p. 8), mas o público se reduziu com o passar do tempo (*id*., *ibid*., p. 113). A primeira USP também oferecia um curso superior numa Escola de Ciências e Letras, que ficou sem instalação por falta de demanda. A Faculdade de Ciências e Letras de Manaus teve sua frequência reduzida (PASSOS, *op*. *cit*., p. 87) talvez pelo fato de já haver o Ginásio Amazonense para concessão de diploma. A Congregação da Universidade de Manaus, em 1º de junho de 1911, organizou um curso de preparatórios a cargo da Faculdade de Ciências e Letras (*id*., *ibid*.). É bom lembrar que o curso de preparatórios era um curso de nível secundário, contudo não era um curso secundário mantido por uma escola secundária reconhecida oficialmente. Mesmo com certificados válidos, o curso de preparatórios caracterizava-se por sua natureza restrita e imediatista. A Faculdade Militar, origem da Universidade, não teve, porém, curso implantado (*id*., *ibid*., p. 101).

Uma vez tratadas a organização e a instituição da Universidade, cabe discorrer sobre o que sucedeu com as faculdades e os cursos estabelecidos. No ano de 1915, formou-se a primeira turma de agrônomos, composta por três profissionais (MENEZES, 1959, p. 67). A Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais obteve autonomia didática em 27 de julho de 1917, concedida pela Congregação-Geral da Universidade (*id*., *ibid*., p. 68-69; *id*., 1960, p. 11). Em 5 de novembro de 1917, a Faculdade de Ciências e Letras criou um curso de Língua e Literatura Espanhola (UNIVERSIDADE, 1921/1922).[15] Em 25 de agosto de 1918, a Faculdade inaugurou um curso facultativo de Língua e Literatura Hispano-Americana (UNIVERSIDADE, 1921/1922). Em 17 de janeiro de 1918, fundou-se a União Acadêmica Amazonense, seção de antigos alunos dos cursos da Universidade de Manaus (ASSOCIAÇÃO, 1930, p. 175). A Universidade foi considerada idônea pelo governo federal por meio da Lei nº 3.454, de 18 de janeiro de 1918, por aviso do Ministério da Justiça (MENEZES, 1959, p. 76; *id*., 1960, p. 10). O ano de 1919 foi o último em que a primeira Universidade de São Paulo fez seu anúncio, no *Almanak Laemmert*, das Escolas de Medicina e Cirurgia, de Engenharia, de Direito, de Farmácia e de Odontologia (UNIVERSIDADE, 1919/1920). A Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais desmembrou-se da Universidade de Manaus em 17 de janeiro de 1921. A Congregação-Geral aprovou tal resolução com o objetivo de haver uma faculdade amazonense com reconhecimento federal segundo legislação então vigente, já que o curso de Direito era o que tinha mais condições para obter a equiparação (MENEZES, 1959, p. 85-86; *id*., 1960, p. 11). Como se leu, a Universidade possuía reconhecimento no âmbito estadual, mas a

[15] Conforme *Regulamento* do curso de preparatórios, não era ministrada matéria de Espanhol na seção pertinente a línguas e literaturas (PASSOS, *op*. *cit*., p. 87).

Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais tinha prestígio nacional. A Universidade ficou com os cursos de Farmácia, Odontologia e Obstetrícia (Faculdade de Medicina), Agrimensura e Agronomia (Faculdade de Engenharia) e preparatórios (Faculdade de Ciências e Letras) (UNIVERSIDADE, 1921/1922). Em 8 de março de 1922, a Escola Média de Agricultura se desvinculou da Faculdade de Engenharia, tornando-se autônoma com a desagregação (MENEZES, 1960, p. 11; ASSOCIAÇÃO, 1927, p. 101). Os cursos da Faculdade de Medicina passaram a ser orientados pelo Decreto Federal nº 1.678, de 13 de janeiro de 1925, do Departamento Nacional de Ensino (*id*., 1930, p. 175). Astrolábio Passos faleceu em 1926, e, no mesmo ano, a Universidade de Manaus. Em 1º de maio de 1926, a Associação Vulgarizadora do Ensino tomou para si o encargo de algumas unidades sobreviventes. A Escola Média de Agricultura deu lugar à Escola Agronômica de Manaus, mantendo-se a Escola de Aprendizado Agrícola Astrolábio Passos (*id*., 1927, p. 101; *id*., 1930, p. 164-165). Também em 1º desse do mesmo ano foi criada a Faculdade de Farmácia e de Odontologia de Manaus, organização autônoma, oriunda dos cursos de Farmácia e de Odontologia da extinta Universidade (MENEZES, 1960, p. 11; ASSOCIAÇÃO, 1927, p. 101). Tanto a Universidade de Manaus como a primeira Universidade de São Paulo só podem ser estudadas à luz do idealismo dos que as fundaram e do contexto sócioeconômico em que foram concebidas. Na virada do século XIX para o XX, dois polos econômicos destacavam-se no cenário nacional, um com o café, em São Paulo, e o outro com a borracha, no Amazonas. O contexto não explica tudo pois a Universidade de Manaus foi planejada e instalada devido à perseverança de Joaquim Eulálio Gomes da Silva Chaves, sobre o qual, como escreve Aderson de Menezes: "cuja retirada dêste Estado para sua terra natal acabou sendo forçada – cruel contraste! – por dificuldades da vida..." (MENEZES, 1959, p. 50). Aderson de Menezes cita passagem do folheto *Escola Universitária Livre de Manaus* de Raimundo Nilo de Faria e Souza sobre o andamento da Universidade de Manaus por ocasião de seu estabelecimento.[16] Está claro

[16] A ortografia provavelvente não é a original pois o trabalho foi publicado no Porto em 1912.
"Os cursos que ora se exercitam, isto é, os de ciências e letras, os de farmácia e odontologia da Faculdade de Medicina; os de agrimensura e engenharia civil da Faculdade de Engenharia; e de direito da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais, têm o mais regular funcionamento, sendo as aulas das cadeiras respectivas dadas com todo o aproveitamento para os alunos e de acôrdo com os programas organizados pelos devidos lentes ou substitutos, aprovados em sessão da congregação da Escola.
"O ensino é ministrado segundo o regulamento: 1º) pelas lições nas aulas; 2º) pelos exercícios práticos, excursões e visitas; 3º) pela 'Revista'; 4º) pela Biblioteca; 5º) pela conferência dos lentes e de outras pessoas doutas que convidadas forem pelo Diretor, ouvida a congregação da Escola.
"As lições nas aulas funcionam com o mais perfeito método por meio de preleções, havendo semanalmente um dia de arguições por turmas de acadêmicos; os exercícios práticos são feitos enquanto a Universidade não possuir laboratórios, como tem acontecido: os de anatomia, no Necrotério da Santa Casa de Misericórdia, onde já existe um gabinete especial; os de prótese dentária e química odontológica nos gabinetes particulares dos lentes das cadeiras e em uma sala especial da Diretoria de Higiene; os de química médica, no laboratório químico do Estado e os de farmácia prática na 'Farmácia Teles', cedida gentilmente pelo preparador da cadeira, dr. Vicente Teles de Souza.
"A revista, que já apareceu com o título de 'Arquivos da Escola Universitária Livre de Manaus', sob a direção proficiente do dr. Astrolábio Passos, diretor da Escola, e da comissão de redação eleita, drs. Pedro Botelho, Jorge de Morais, Rafael Benaion e Regalado Batista, publicando trabalhos de valor como a tradução clara e bem feita da obra importantíssima e clássica do romanista R. von Ihering, 'O Espírito do Direito Romano', empreendida pelo dr. Rafael Benaion, vem prestando serviço profícuo, pois bimensalmente traz o movimento geral da Escola organizado pelo esforçado secretário geral, dr.

que a primeira universidade brasileira não foi a Universidade do Paraná, nem a Universidade do Rio de Janeiro que lhe foi posterior. A Escola Agronômica de Manaus resistiu até 1943, mesmo contando com subvenção federal, estadual e municipal (*id*., 1960, p. 11; ASSOCIAÇÃO, 1930, p. 164-165). A Faculdade de Farmácia e de Odontologia de Manaus foi extinta em 1944. A única escola restante da antiga Universidade foi a Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais, estadualizada em 30 de dezembro de 1935 (MENEZES, 1959, p. 153-155). A partir de 3 de outubro de 1936, passou a se chamar Faculdade de Direito do Amazonas (*id*., 1959, p. 169-170; *id*.,1960, p. 8). Em 21 de novembro de 1949, A Faculdade se tornou um instituto federal de ensino superior (*id*., 1959, p. 203). A Faculdade de Direito do Amazonas foi o embrião da Universidade do Amazonas, fundada em 12 de junho de 1962 e instalada em 17 de janeiro de 1965, tendo como Reitor Aderson Andrade de Menezes. Desde 22 de junho de 2002, tem por nome Universidade Federal do Amazonas – UFAM.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARCHIVOS DA ESCOLA UNIVERSITARIA LIVRE DE MANÁOS/ARCHIVOS DA UNIVERSIDADE DE MANÁOS. Manáos, v.1, n. 1-v. 4, n. 3, jan./fev. 1911-jul./dez. 1914.

ASSOCIAÇÃO Vulgarizadora do Ensino antiga Universidade de Manáos. *Almanak Laemmert*: Annuario Commercial, Industrial, Agricola, Profissional a Administrativo da Capital Federal e dos Estados Unidos do Brasil: Estados do Norte, Rio de Janeiro, ano 83, n. 3, p. 100-101, 1927.

_____._____. Rio de Janeiro, ano 86, n. 3, p. 164-165, 172, 175, 1930.

AZEVEDO, Fernando de. *A transmissão da cultura*: parte terceira da 5.ª edição da obra "A cultura Brasileira". São Paulo: Melhoramentos, 1976.

BRASIL. *Constituição politica do Imperio do Brasil (de 25 de março de 1824)*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C%A7ao24.htm>. Acesso em: 14 jun. 2009.

BRITO, Rosa Mendonça de. *Da Escola Universitaria Livre de Manáos à Universidade Federal do Amazonas*: 95 anos construindo conhecimentos. Manaus: EDUA, 2004.

_____. *100 anos UFAM*. Manaus: EDUA, 2009.

Raimundo Pinheiro, transcrevendo os programas das cadeiras de ensino, decisões da congregação, relatórios da Diretoria, etc, etc.

"Infelizmente ainda não possui suficientemente a biblioteca da Escola livros para consulta, achando-se assim por esse lado muito pouco apta para dar ajuda aos estudantes, que nela sempre encontram um arrimo de primeira ordem." (*Apud id*., *ibid*., p. 56-57.)

CAMPOS, Ernesto de Souza. *Educação superior no Brasil*. [Rio de Janeiro]: Ministério da Educação, 1940.

_____. *Instituições culturais e de educação superior no Brasil*: resumo histórico. Rio de Janeiro: Ministério da Educação, Imprensa Nacional, 1941.

_____. *História da Universidade de São Paulo*. São Paulo: Saraiva, Universidade de São Paulo, 1954.

CUNHA, Luiz Antônio. *A Universidade temporã*: da colônia à Era de Vargas. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986.

MENEZES, Aderson de. *História da Faculdade de Direito do Amazonas*: 17 de janeiro de 1909 a 17 de janeiro de 1959. Manaus: Fenix, 1959.

_____. A primeira universidade brasileira. *Revista da Faculdade de Direito do Amazonas*: 2ª Fase, Manaus, ano 7, n., 7, p. 7-13, 1960.

NERY, Paulo Pinto. O Amazonas e a primeira universidade brasileira. *Revista da Academia Amazonense de Letras*, Manaus, ano 68, n. 21, p. 19-37, 1992.

PASSOS, Astrolabio. Relatorio geral da Universidade de Manáos apresentado á Congregação da mesma Universidade. *Archivos da Universidade de Manáos*, Manáos, v. 4, n. 3, p. 69-134, jul./dez. 1914.

A TRIBUNA ACADEMICA: Orgam de alumnos da Universidade de Manaos. Manaus, ano 1, n. 1-2, 23 jun. 1911-18 jul. 1911.

TUFFANI, Eduardo. Nota pelos cem anos do ensino superior de Filosofia no Brasil (1908-2008). *Discurso*: Revista do Departamento de Filosofia da USP, São Paulo, Barcarola, v. 39, p. 321-339, 2009.

UNIVERSIDADE do Paraná. *Almanak Laemmert*: Annuario Administrativo, Agrícola, Profissional, Mercantil e Industrial da Republica dos Estados Unidos do Brasil: Estados, Rio de Janeiro, ano 70, n. 2, p. 3617, 1914.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. *Fundação da Universidade de S. Paulo*: inauguração official: inicio dos cursos superiores. S. Paulo: Duprat, 1917.

UNIVERSIDADE do Paraná. *Almanak Laemmert*: Annuario Administrativo, Agrícola, Profissional, Mercantil e Industrial da Republica dos Estados Unidos do Brasil: Estados, Rio de Janeiro, ano 74, n. 2, p. 3299-3300, 1918.

UNIVERSIDADE de São Paulo. *Almanak Laemmert*: Annuario Administrativo, Agricola, Profissional, Mercantil e Industrial da Republica dos Estados Unidos do

Brasil: Estado de São Paulo, Rio de Janeiro, ano[s] [75]/76, n. 3, p. 4419, 1919/1920. [Redação em 1919 para 1920.]

UNIVERSIDADE de Manáos. *Almanak Laemmert*: Annuario Commercial, Industrial, Agricola, Profissional e Administrativo da Republica dos Estados Unidos do Brasil: Estados do Norte, Rio de Janeiro, anos 77/78, n. 3, p. 3161, 1921/1922.